Termo de Retirratificação ao Contrato de Gestão
Termo de Retirratificação ao Contrato de Gestão: 03/18
Processo: 001.0500.000.168/2017
Contratante: Secretaria de Estado da Saúde
Contratada: Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem - FIDI, gerenciadora do Serviço Estadual de Diagnóstico por Imagem I - SEDI I
CNPJ: 55.401.178/0001-36
Objeto: O presente Termo de Retirratificação tem por objeto o desconto no valor de repasse de custeio por descumprimento de metas no 4º trimestre de 2017, alterando o Anexo Técnico II - Sistema de Pagamento no Serviço Estadual de Diagnóstico por Imagem I – SEDI I.
Valor: O desconto à Contratada será no valor de R$ 34.085,83 no mês de abril do presente exercício, em conformidade com o orçamento-programa da Secretaria.
UGE: 090192
Atividade: 10 302 0930 4852 0000
Natureza da Despesa: 33 90 39 - 75
Fonte de Recursos: Fundo Estadual de Saúde - Lei: 141/12
Data de Assinatura: 26-03-2018
Vigência: O presente Termo de Retirratificação vigorará a partir de sua assinatura até 31-12-2018.

Termo de Retirratificação ao Contrato de Gestão
Termo de Retirratificação ao Contrato de Gestão: 03/18
Processo: 001.0500.000.167/2017
Contratante: Secretaria de Estado da Saúde
Contratada: Fundação IDI – Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem – gerenciadora do Serviço Estadual de Diagnóstico por Imagem III – SEDI III
CNPJ: 55.401.178/0001-36
Objeto: O presente Termo de Retirratificação tem por objeto o desconto no valor de repasse de custeio por descumprimento de metas no 4º trimestre de 2017, alterando o Anexo Técnico II - Sistema de Pagamento no Serviço Estadual de Diagnóstico por Imagem III – SEDI III.
Valor: O desconto à Contratada será no valor de R$ 50.081,79 no mês de abril do presente exercício, em conformidade com o orçamento-programa da Secretaria.
UGE: 090192
Atividade: 10 302 0930 4852 0000
Natureza da Despesa: 33 90 39 - 75
Fonte de Recursos: Fundo Estadual de Saúde - Lei: 141/12
Data de Assinatura: 26-03-2018
Vigência: O presente Termo de Retirratificação vigorará a partir de sua assinatura até 31-12-2018.

Comunicado
Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998
Balanço Patrimonial - Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - AME Itu - Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico Social

CRUZADA BANDEIRANTE SÃO CAMILO ASSISTÊNCIA MÉDICO - SOCIAL
AMBULATÓRIO MEDICO DE ESPECIALIDADES OLAVO SILVA SOUZA - AME ITU
CNPJ Nº 60.598.446/0005-57

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM REAIS)

ATIVO	Nota	2.017	2.016	PASSIVO	Nota	2.017	2.016
Ativo Circulante				**Passivo Circulante**			
Caixa e Equivalentes de Caixa - Saúde (Gestão Pública)	2.2(a)/3	1.479.501,09	1.785.856,03	Fornecedores - Saúde (Gestão Pública)	6	2.932,00	-
Caixa e Equivalentes de Caixa		**1.479.501,09**	**1.785.856,03**	**Fornecedores**		**2.932,00**	-
Outros Créditos - Saúde (Gestão Pública)	2.2 (c)	5.954,27	5.315,19	Obrigações Sociais - Saúde (Gestão Pública)	2.2 (c)	109.983,26	96.011,99
Outros Créditos		**5.954,27**	**5.315,19**	**Obrigações Sociais**		**109.983,26**	**96.011,99**
Estoques - Saúde (Gestão Pública)	2.2(b)/4	39.132,00	37.947,23	Obrigações Fiscais - Saúde (Gestão Pública)	2.2 (c)	37.171,65	33.016,52
Estoques		**39.132,00**	**37.947,23**	**Obrigações Fiscais**		**37.171,65**	**33.016,52**
Despesas Antecipadas - Saúde (Gestão Pública)	2.2 (c)	29.715,90	26.588,69	Provisões Trabalhistas - Saúde (Gestão Pública)	2.2 (g)	316.311,87	319.560,60
Despesas Antecipadas		**29.715,90**	**26.588,69**	**Provisões Trabalhistas**		**316.311,87**	**319.560,60**
Total do Ativo Circulante		**1.554.303,26**	**1.855.707,14**	**Total do Passivo Circulante**		**466.398,78**	**448.589,11**
Ativo não Circulante				**Passivo não Circulante**			
Imobilizado	2.2(a)/5	1.066.460,87	1.050.075,78	Provisão para Contingências	7	257.114,29	138.068,61
Depreciação Acumulada	2.2(a)/5	(740.918,11)	(653.979,75)	**Total do Passivo Não Circulante**		**257.114,29**	**138.068,61**
Imobilizado Líquido - Saúde (Gestão Pública)		**325.544,76**	**396.096,03**				
Intangível	2.2(f)/5	100.673,37	100.673,37	**Patrimônio Líquido**			
Amortização Acumulada	2.2(f)/5	(97.040,70)	(93.928,95)	Patrimônio Social	2.2 (i)	1.671.889,87	1.448.130,27
Intangível Líquido - Saúde (Gestão Pública)		**3.623,67**	**6.744,42**	Superávit / (Deficit) do Exercício	2.2 (h)	(511.931,25)	223.759,60
Total do Ativo Não Circulante		**329.168,43**	**402.840,45**	**Total do Patrimônio Líquido**		**1.159.958,62**	**1.671.889,87**
Total do Ativo		**1.883.471,69**	**2.258.547,59**	**Total do Passivo**		**1.883.471,69**	**2.258.547,59**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM REAIS)

	Nota	2.017	2.016
Receita com Saúde (Gestão Pública)			
Receita Verba de Custeio - Secretaria Estadual de Saúde	1	9.601.032,00	9.412.776,00
(=) Total de Receitas com Saúde (Gestão Pública)		**9.601.032,00**	**9.412.776,00**
Custos			
Custos com Saúde (Gestão Pública)			
Custos com Pessoal (C.L.T.)		(1.810.695,72)	(1.661.375,66)
Custos com Serviços de Terceiros		(4.156.386,54)	(3.841.915,00)
Custos com Materiais e Medicamentos		(297.063,38)	(292.880,20)
Custos Gerais		(91.810,69)	(95.891,25)
Custos com Impostos, Taxas e Contribuições		(3.369,25)	-
(=) Total de Custos com Saúde (Gestão Pública)	10	**(6.359.325,58)**	**(5.892.062,11)**
(=) Superávit Bruto		**3.241.706,42**	**3.520.713,89**
(+/-) Despesas			
Despesas com Saúde (Gestão Pública)			
Despesas com Pessoal (C.L.T.)		(2.199.631,99)	(1.977.969,35)
Despesas com Serviços de Terceiros		(1.223.951,46)	(1.109.894,92)
Despesas com Materiais		(159.458,37)	(113.186,08)
Despesas Gerais		(197.894,10)	(244.065,51)
Despesas com Impostos, Taxas e Contribuições		(3.832,43)	(8.741,29)
Despesas com Provisões para Contingências		(172.940,28)	(105.233,41)
(=) Total das Despesas com Saúde (Gestão Pública)	10	**(3.957.708,63)**	**(3.559.070,54)**
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais			
Outras Receitas Operacionais		15.804,21	13.204,18
(=) Total de Outras Receitas e Despesas Operacionais		**15.804,21**	**13.204,18**
(=) Resultado Antes das Receitas / Despesas Financeiras Líquidas		**(700.198,00)**	**(25.152,47)**
(+/-) Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas com Saúde (Gestão Pública)			
Receitas Financeiras		193.258,44	254.877,19
Despesas Financeiras		(4.991,69)	(5.965,12)
(=) Resultado Financeiro		**188.266,75**	**248.912,07**
(=) Superávit / (Deficit) do Exercício	2.2(h)	**(511.931,25)**	**223.759,60**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM REAIS)

Descrição	Patrimônio Social	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2015	**2.421.806,85**	**(973.676,58)**	**1.448.130,27**
Incorporação do Resultado do Exercício Anterior	(973.676,58)	973.676,58	-
Resultado do Exercício	-	223.759,60	223.759,60
Saldos em 31/12/2016	**1.448.130,27**	**223.759,60**	**1.671.889,87**
Incorporação do Resultado do Exercício Anterior	223.759,60	(223.759,60)	-
Resultado do Exercício	-	(511.931,25)	(511.931,25)
Saldos em 31/12/2017	**1.671.889,87**	**(511.931,25)**	**1.159.958,62**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social – Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - Ame Itu**, qualificada como Organização Social de Saúde, é uma entidade civil de direito privado, filantrópica de fins não lucrativos, que tem como objetivo:

I) Prestar assistência à saúde em geral a tantos quantos procurarem seus serviços, sem distinção de qualquer natureza, seja nacionalidade, credo político ou religiosa;
II) Prestar assistência social em geral, tanto para menores de creches e escolas maternais, quanto para adultos de asilos, albergues para moradores de rua e outros estabelecimentos afins;
III) Oferecer tratamento adequado para dependentes de álcool e drogas em geral, com o objetivo de auxilá-los na recuperação física e mental, reintegrá-los às suas comunidades e às suas famílias;
IV) Prestar assistência à saúde dos portadores de distúrbios mentais para promover seu reequilíbrio e sua reinserção na comunidade;
V) Desenvolver atividades educacionais, podendo manter estabelecimentos de ensino e oferecer campo de estágio;
VI) Desenvolver a pastoral da saúde e
VII) Destinar recursos financeiros e ou econômicos, inclusive mediante doação a entidades filantrópicas e ou simplesmente sem fins lucrativos, que militem na área da saúde, da educação, da pastoral da saúde e ou da assistência social em geral desde que não utilize recursos e bens que lhe forem repassados pelo Estado.

Contratada através de Contratos de Gestão firmados com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo em 2.010, renovado em 2.015, assumiu a operacionalização do **AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES OLAVO SILVA SOUZA - AME ITU**, visando desenvolver o programa de modernização de gestão de saúde no âmbito do Estado de São Paulo com fundamento nos termos da Lei Complementar nº 846 de 04 de junho de 1.998. Estes contratos têm vigência de 5 anos a partir de sua assinatura, fixando as verbas orçamentárias a serem repassadas para custeio das operações.

Departamento	Orçamento 2017	Deduções	Total
Ame - Itu	9.601.032,00	-	9.601.032,00
Total	**9.601.032,00**	**-**	**9.601.032,00**

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na preparação de suas Demonstrações Contábeis, a Entidade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, notadamente na ITG 2002 (R1) - Resolução 1409/2012, que prescreve critérios contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos. As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2.017 e 2.016.

A preparação das Demonstrações Contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas que afetam os montantes apresentados nas Demonstrações Contábeis e respectivas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa.

2.2 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Caixa e Equivalentes de Caixa
Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata mantidas em instituição de primeira linha.
As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado e são resgatáveis sem perda do valor.

b. Estoques
Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço atual de mercado.

c. Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes
Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

d. Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos
A Entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas Demonstrações Contábeis de 2.017 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

e. Ativo Imobilizado Gestão Pública
Registrados ao custo de aquisição e deduzido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado.
"Ressaltamos que todos os bens móveis e imóveis adquiridos através de doações ou comprados com verbas de custeio ou investimentos, pertencem ao poder público (Governo do Estado de São Paulo), conforme Contrato de Gestão".

f. Ativo Intangível Gestão Pública
O Intangível reflete os custos com direitos de uso de software e estão sendo amortizados à taxas lineares.

g. Provisões
As provisões são reconhecidas quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

h. Apuração do SUPERÁVIT / (DÉFICIT) do Exercício
As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência.
Recursos vinculados compreendem aos valores recebidos para Entidade e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado em contrato.
Os valores recebidos e empregados são provenientes de contratos de gestão e convênio com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e são registrados da seguinte forma: Receita Verba de Custeio; Outras Receitas Operacionais e Receitas Financeiras.
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa efetiva de juros.
As doações não especificadas são registradas diretamente no resultado como receita de doações.

i. Patrimônio Líquido
O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido dos resultados apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2.017	2.016
Caixa Geral	1.500,00	1.500,00
Contas Correntes - Bancárias	271,00	6.881,35
Aplicações Financeiras	1.477.730,09	1.777.474,68
	1.479.501,09	**1.785.856,03**

4. ESTOQUES SAÚDE (GESTÃO PÚBLICA)

	2.017	2.016
Drogas e Medicamentos	3.890,86	4.151,38
Material Médico Hospitalar	14.401,34	12.568,46
Gêneros Alimentícios	1.843,57	1.239,03
Materiais de Manutenção	5.028,49	3.602,00
Produtos e Materiais de Limpeza	2.273,15	6.354,42
Impressos e Materiais de Expediente	4.897,64	3.921,83
Material de Informática	4.430,46	4.474,55
Material e Equipamento de Segurança	767,99	199,37
Utensílios Diversos	1.598,50	1.436,19
	39.132,00	**37.947,23**

Itu, 31 de Dezembro de 2017.

Antonio Mendes Freitas
Presidente

Mário Luis Kozik
Vice Presidente

5. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL SAUDE (GESTÃO PÚBLICA)

Imobilizado - Gestão Pública	31/12/2016 (R$)	Adições (R$)	Baixas (R$)	31/12/2017 (R$)	Taxa Depreciação Anual
Máq, Ferram. Utens Longa Duração	4.743,42	-	-	4.743,42	10%
Equipamento para Escritório	21.160,74	2.908,00	-	24.068,74	10%
Bandeiras	1.415,00	-	-	1.415,00	20%
Equip.p/Process.de Dados e Microfilm.	216.800,37	1.614,29	-	218.414,66	20%
Veículos	44.750,00	-	-	44.750,00	20%
Apar.Instr.Tecn.p/Medição, Teste e Contr.	10.464,60	-	-	10.464,60	20%
Aparelhos e Utens. do Tipo Doméstico	42.775,61	1.162,00	-	43.937,61	10%
Aparelhos e Utens. p/ Comun.e Telecin.	4.021,14	-	-	4.021,14	10%
Mobiliário em Geral	344.902,54	-	-	344.902,54	10%
Equipamentos Médicos Hospitalares	351.715,26	10.700,80	-	362.416,06	10%
Máquina Mot. Apar. Industriais	7.327,10	-	-	7.327,10	10%
Total	**1.050.075,78**	**16.385,09**	**-**	**1.066.460,87**	
Depreciação Acumulada	**(653.979,75)**	**(86.936,36)**	**-**	**(740.916,11)**	
Imobilizado - Líquido	**396.096,03**	**(70.551,27)**	**-**	**325.544,76**	

Intangível - Gestão Pública	31/12/2016 (R$)	Adições (R$)	Baixas (R$)	31/12/2017 (R$)	Taxa Depreciação Anual
Direito de Uso - Software	100.673,37	-	-	100.673,37	20%
Total	**100.673,37**	**-**	**-**	**100.673,37**	
Amortização Acumulada	**(93.928,95)**	**(3.120,75)**	**-**	**(97.049,70)**	
Intangível - Líquido	**6.744,42**	**(3.120,75)**	**-**	**3.623,67**	

6. FORNECEDORES SAÚDE (GESTÃO PÚBLICA)

	2.017	2.016
Fornecedores Serviços Diversos PJ	2.932,00	-
	2.932,00	**-**

7. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA
Provisões constituídas para fazer frente às ações cíveis e trabalhistas, que se encontram em instâncias diversas e por valores atualizados de perdas, estabelecidos pelos consultores jurídicos e por julgamento da administração. Para o exercício de 2.017 foi contabilizado um adicional de R$ 172.940,28, totalizando o montante de R$ 257.114,29.

8. ATIVIDADES ASSISTENCIAIS DE SAÚDE
As atividades assistenciais de saúde desenvolvidas de forma gratuita aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, através de contratos de gestão, atendem os requisitos da Lei nº 12.101/09, regulamentada pelos Decretos nº 7.237, de 20 de julho de 2.010 e Decreto nº 7.300, de 14 de setembro de 2.010, que dispõe sobre as condições que vinculam a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS e PORTARIA nº 1.970, de 16 de agosto de 2.011 que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS - SAUDE), conforme demonstradas nos quadros a seguir:

ATIVIDADE AMBULATORIAL - 1º SEMESTRE

Descrição	Contratado	Realizado	%
1º Consulta	10.800	8.069	-25,29
Interconsultas	2.700	1.649	-38,93
Consultas Subsequentes	13.500	10.732	16,53
Consultas Não Médicas	6.000	5.408	-9,87
Procedimentos Terapêuticos (Sessões)	6.000	6.188	3,13
Total	**39.000**	**37.046**	**-5,01**

ATIVIDADE CIRURGICA - 1º SEMESTRE

Descrição	Contratado	Realizado	%
Ambulatorial - cma (cirurgia menor ambulatorial)	1.200	1.208	-4,13
Total	**1.200**	**1.208**	**-4,13**

SADT EXTERNO - 1º SEMESTRE

Descrição	Contratado	Realizado	%
Radiologia	1.260	1.253	-0,56
Ultrassonografia	3.720	3.482	-6,40
Diagnósticos em Especialidades	2.220	1.973	-11,13
Total	**7.200**	**6.708**	**-6,83**

ATIVIDADE AMBULATORIAL - 2º SEMESTRE

Descrição	Contratado	Realizado	%
1º Consulta	10.800	7.860	-27,22
Interconsultas	2.700	1.395	-48,33
Consultas Subsequentes	13.500	14.924	10,55
Consultas Não Médicas	6.000	5.096	-15,07
Procedimentos Terapêuticos (Sessões)	6.000	8.093	1,55
Total	**39.000**	**35.368**	**-9,31**

ATIVIDADE CIRURGICA - 2º SEMESTRE

Descrição	Contratado	Realizado	%
Ambulatorial - cma (cirurgia menor ambulatorial)	1.200	1.212	-3,81
Total	**1.200**	**1.212**	**-3,81**

SADT EXTERNO - 2º SEMESTRE

Descrição	Contratado	Realizado	%
Radiologia	1.260	1.204	-4,44%
Ultrassonografia	3.720	3.635	-2,28%
Diagnósticos em Especialidades	2.220	1.824	-17,84%
Total	**7.200**	**6.663**	**-7,46%**

9. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
A Instituição é portadora do Certificado Beneficente de Assistência Social – CEBAS / Saúde, concedido pelo Ministério da Saúde, conforme Portaria MS nº 435, de 16 de Maio de 2.012. O Processo de renovação do certificado da entidade nº 71010.004137/2009-17 foi deferido em 01 de Outubro de 2.014, com validade até 31/12/2014. Em 16/12/2014 foi protocolado o Processo de Renovação nº 25000.236936/2014-03 e em 01/12/2017 foi enviado eletronicamente o Processo de Renovação protocolado sob nº 25000.481072/2017-23 que se encontra em análise no Ministério da Saúde, órgão responsável pela análise e a decisão dos requerimentos de concessão ou de renovação dos Certificados das Entidades Beneficentes de Assistência Social que prestam serviços na área da saúde, considerando a competência conferida ao Ministério da Saúde pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

10. GRATUIDADES
Representa o total de recursos aplicado no ano ao atendimento à população em geral. A apuração do montante contabilizado reflete o custo efetivo dos pacientes atendidos através do SUS – Sistema Único de Saúde. Durante o ano de 2.017 o montante foi de R$ 10.317.034,21 e em 2.016 de R$ 9.451.132,65.

11. ISENÇÃO USUFRUÍDA
A Entidade se beneficia do usufruto da isenção da COFINS e CSLL a que fazem jus as entidades filantrópicas, entretanto a Quota Patronal do INSS é recolhida por decisão administrativa.

12. APLICAÇÕES DE RECURSOS
Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais em conformidade com o seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

13. COBERTURA DE SEGUROS
Para atender medidas preventivas, a entidade efetua contratação de seguro em valor considerado suficiente para a cobertura de eventuais sinistros.

Liliam Gomes da Silva
Diretora Administrativa

Cristine M. Otani Macelis
Contadora CRC 1SP 240.011/O-8

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM REAIS)

	2.017	2.016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado do Exercício: Superávit / (Déficit)	(511.931,25)	223.759,60
Ajustes:		
Aumento Depreciações e Amortizações		
(-) Depreciação Acumulada	86.936,36	88.634,94
(-) Amortização Acumulada	3.120,75	4.154,84
	(421.874,14)	**316.549,38**
Redução / (Aumento) de Outros Créditos	(639,08)	(705,15)
Redução / (Aumento) de Estoques	(1.184,77)	3.291,84
Redução / (Aumento) de Despesas Antecipadas	(3.127,21)	(2.289,59)
(Redução) / Aumento de Fornecedores	2.932,00	-
(Redução) / Aumento de Obrigações Sociais	13.971,27	(1.085,14)
(Redução) / Aumento de Obrigações Fiscais	4.155,13	436,04
(Redução) / Aumento de Provisões Trabalhistas	(3.248,73)	24.718,45
(Redução) / Aumento de Exigível não Circulante	119.045,68	67.184,52
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**(289.969,85)**	**408.100,30**
(Aquisição) / Baixa do Ativo Imobilizado	(16.385,09)	(8.430,52)
Caixa Líquido Proveniente dos Investimentos	**(16.385,09)**	**(8.430,52)**
Aumento / Diminuição Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(306.354,94)**	**399.669,83**
Demonstração do Aumento / Diminuição Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1.785.856,03	1.386.186,20
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	1.479.501,09	1.785.856,03
Variação Líquida das Disponibilidades	**(306.354,94)**	**399.669,83**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2017

Aos administradores da

CRUZADA BANDEIRANTE SÃO CAMILO ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL - AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES OLAVO SILVA SOUZA - AME ITU
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social – Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - Ame Itu**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2.017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social - Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - Ame Itu, em 31 de dezembro de 2.017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico Social - Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - Ame Itu, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social - Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - Ame Itu ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico Social - Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - Ame Itu são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de Março de 2018.

GALLORO & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRC PJ 2SP005851/O-7

ANA MARIA GALLORO LAPORTA
Sócia-Diretora
CRC 1SP 203642/O-6

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br terça-feira, 27 de março de 2018 às 01:11:33.